

8 ABR 1992

GAZETA MERCANTIL

Governo tenta obter maioria no Congresso

A executiva nacional do PSDB reavaliou sua posição e decidiu ontem, por onze votos a três, dar amplos poderes ao presidente do partido, Tasso Jereissati, para retomar o diálogo com o governo que poderá resultar numa eventual participação no Ministério.

Ontem mesmo, Jereissati deveria iniciar negociações com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, em torno de um programa mínimo com vinte pontos elaborado pelo partido e que condiciona a adesão. Entre os pontos estão:

- Parlamentarismo com voto distrital.
- Aperfeiçoamento do sistema de privatização.
- Priorização da política social.
- Solução para o problema dos 147% aos aposentados.
- Maior eficiência dos incentivos fiscais.
- Compatibilização das políticas industrial, agrícola e de comércio exterior.
- Moralização das licitações.

O presidente Fernando Collor de Mello recebeu ontem os líderes do PFL, PDS, PDC, PRN e PL para discutir o seu programa de metas. Paulo Maluf, presidente do PDS, disse que o partido deve ocupar um ministério. A bancada do PDS se reúne hoje.

O líder do PTB no Senado, Affonso Camargo, afirmou ter recebido convite do presidente para ocupar cargos no governo, e o líder do PFL na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, anunciou que a reforma ministerial se completa hoje, com

a participação de nomes do PSDB, PDS e PTB.

O governo necessita dos votos do PDS, PTB e PSDB para conseguir maioria absoluta na Câmara dos Deputados: 252 votos. Sem esses partidos, ele reúne 180 votos do bloco governista (PFL, PRN, PSC) e de outros três partidos pequenos. Se as negociações forem bem sucedidas, é possível chegar a 291 votos.

O presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, que comanda a maior bancada parlamentar, está certo de que "o PSDB já aderiu ao governo". Ele descartou a possibilidade de seu partido deixar a oposição e sugeriu que o PMDB está disposto a acolher os descontentes do PSDB.

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, acenou ontem com a possibilidade de um "apoio firme" do PDT ao governo, desde que lhe seja apresentado "um programa concreto".

(Ver página 7)

Uma oferta de reposição salarial de 157% sobre os vencimentos de dezembro, somada à garantia de reajustes segundo a inflação entre abril e junho, feita ontem à noite pela FIESP, poderá pôr fim ao último entrave para a efetivação do acordo do setor automobilístico.

(Ver página 10)